

**PRIMEIRA REUNIÃO DO GT PRIORIDADES
BRASÍLIA – DF, 08 (DAS 14 ÀS 18H) E 09 (DAS 9 ÀS 12H) DE MAIO DE 2017.**

AJUDA MEMÓRIA

I. Participaram da reunião:

1. Adriana Lustosa – SRHQ/MMA
2. Dálio Ribeiro M. Filho – SEMA/DF
3. Gonzalo Vásquez Fernández – ANA
4. Gustavo B. Malacco – FONASC
5. Gustavo dos Santos Goretti – CNA
6. Igor Souza Ribeiro – MME
7. Jussara Cabral Cruz – ABRH
8. Luiz Henrique Pinheiro Silva – ANA
9. Maria Aparecida B. P. Vargas – ABRAGEL
10. Maria Emília Borges Alves – MAPA
11. Patrícia Boson – FIEMG
12. Renato D. Lana – MME
13. Wagner M. C. Vilella – ANA
14. Wilson de Azevedo Filho – CTRQ
15. Zeila C. Piotto – FIESP

II. Foram apresentadas pelos (as) participantes as seguintes questões como subsídios à construção da oficina de trabalho:

- Apresentado o marco regulatório sobre a temática.
- Relatada a situação na bacia hidrografia do rio Paranaíba. As prioridades foram definidas de forma isolada do Plano. Foi feita uma hierarquização dos usos. Não houve estudos suficientes para a tomada de decisão.
- As prioridades devem ser conteúdo mínimo de planos.
- Prioridades para a Outorga ou Prioridades de Uso?
- A revisão da Resolução CNRH nº 16, de 08 de maio de 2001, sobre diretrizes e critérios para a outorga, até 2018, é uma meta do PNRH (Resolução CNRH nº 181/2016).
- É necessário amplo conhecimento da situação da bacia hidrográfica e a regularização dos usuários. Acesso à informação detalhada de cada usuário.
- A outorga permite a articulação planejamento recursos hídricos com o planejamento dos setores usuários.
- Analisar alternativas como a outorga sazonal e a outorga coletiva (associação de usuários, por trecho).
- O Plano da Bacia Hidrográfica do São Francisco traz diretrizes para a outorga.
- Sugestão de se realizar a análise minuciosa do caso específico da bacia do Paranaíba para verificar a necessidade ou não de regras gerais para a outorga.
- Deve-se ter em vista o impacto dos critérios de outorga nas outras resoluções do CNRH.

- É necessário ter a visão integrada da bacia (simulação de cenários, desenvolvimento regional, balanço hídrico quali-quantitativo priorização cenários e simulações).
- Identificar áreas de restrição para proteção dos recursos hídricos.
- Deve-se buscar a definição de critérios mais genéricos.
- Papel regulamentador do CNRH.
- Como definir prioridades para emissão de outorga? Quando devem ser estabelecidas prioridades? A Lei 9.433/1997 define prioridade em situação de escassez (escassez absoluta ou escassez relativa?). Como chegar aos critérios? - três cenários, variabilidade, vazão média.
- E se sobra água? Abre-se para novos usos?
- Como definir: Que tipo de informação? Que tipo de análise? O que é necessário para que os planos construam a outorga?
- Questões a serem consideradas: situação de escassez, situação normal, como lidar com o uso consolidado?
- O que é o uso nobre da água?
- É importante definir prioridades de longo prazo como instrumento de gestão.
- Devem-se levar em conta os vários tipos de impactos – econômicos, ambientais, hídricos.
- É necessária definição de diretrizes para as situações de racionamento.
- As diretrizes gerais para a outorga devem constar no Plano Nacional e nos Planos Estaduais e diretrizes mais específicas nos planos de bacias hidrográficas.
- Quanto planejamento de longo prazo do setor elétrico, passa pela a regulamentação do artigo 52 da Lei 9.433 de 1997.
- É necessário avaliar a necessidade de rever também a Resolução CNRH ° 145/2012, que estabelece o conteúdo mínimo de planos de recursos hídricos para bacias hidrográficas.
- Ter em conta que as diretrizes e critérios de outorga devem estar “linkados” aos outros instrumentos de gestão.
- Considerar que o lócus para a negociação das prioridades é o Comitê de Bacia Hidrográfica.
- Como evitar conflitos futuros? – cenarização, - avaliação das demandas potenciais.
- Importante identificar qual o consumo de montante.
- Adoção da Outorga Preventiva/Declaração de Reserva de Disponibilidade (DRDH).
- Relatada a experiência do CEIVAP, que adotou a Avaliação Ambiental Integrada (AAI), com a construção de matriz impacto com todos os usos (ver Termo de Referência).

III. Foram definidas as seguintes perguntas orientadoras para a oficina de trabalho:

1. O quê é prioridade?
2. Em quais situações devem ser estabelecidas as prioridades (uso consolidados e usos futuros)?
 - Cenários de curto, médio e longo prazo
 - Abrangência (plano nacional e estadual ou de bacias)

- Situação da disponibilidade hídrica
3. Quais os critérios a serem considerados no estabelecimento das prioridades?
 4. Quais os desdobramentos do estabelecimento de prioridade nos planos e outorgas?

IV. Foram definidos os seguintes convidados:

- Membros da CTPNRH e da CTPOAR.
- Convidados para as apresentações dos casos.
- Representantes do Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (FNCBHs) e do Fórum Nacional de Órgãos Gestores Estaduais de Recursos Hídricos (FNOGEs).

V. Foi definida a seguinte programação e estrutura para a Oficina:

Dia e horário		Atividade
Dia 5 de junho		
14:30 – 16:00	Palestra pré-evento sobre bases legais e modelo regulatório das concessões do setor elétrico.	
Dia 6 de junho		
08:30 - 09:00	Credenciamento e abertura	CTPOAR e CTPNRH
09:00 - 09:10	Contextualização do Problema	GT Prioridades (Coordenadora GT)
09:10 - 09:25	Percepção dos órgãos gestores	ANA e 2 Órgãos Gestores Estaduais - (5´ cada)
09:25 – 10:00	Percepção dos usuários	Indústria, Energia, Irrigantes, Pesca/Turismo, Transporte e Saneamento (5´ cada)
10:00 – 10:20	Percepção da sociedade civil e CBHs	ONG, Organização Técnica, Organização de Ensino e CBH (Representante do Fórum Nacional de Comitês) (5´ cada)
10:20 – 10:50	Discussão	
10:50 - 11:20	Mesa - Estudos de Caso	São Marcos Paraíba do Sul (CERH-RJ) Ceará - ADECE
11:20 - 12:00	Debates e discussões com os palestrantes	
12:00 – 13:30	Almoço	
13:30 – 13:45	Formação e orientações para as discussões em grupos	
13:45 - 17:30	Trabalho em grupos	
17:30 - 18:00	Relato dos grupos	
Dia 7 de junho		
Horário	Atividade	
8:30 - 10:00	Síntese por grupo	
10:00 - 12:30	Apresentação das discussões de cada grupo ao grupo maior e síntese e síntese em mesa única. Encaminhamentos.	

VI. Outros encaminhamentos:

- A oficina de trabalho acontecerá nos dias 6 e 7/6. Sendo no dia 6 de junho no MMA e no dia 07 de junho, na ANA.
- No dia 5/6, haverá uma etapa prévia à oficina para apresentação do setor elétrico e do setor hidroviário, cuja participação é opcional.
- O objetivo da oficina será buscar um alinhamento mínimo em torno do tema, bem como avaliar e conceituar a aplicabilidade das prioridades para a outorga

como conteúdo mínimo dos planos. Portanto, os resultados da oficina serão subsídios para o GT cumprir sua missão encomendada pelo Plenário do CNRH.

- Na próxima reunião do CNRH será feito informe sobre os trabalhos do GT e a oficina de trabalho.
- Será providenciada pela Secretaria Executiva do CNRH a formalização do GT.
- A Secretaria Executiva procederá a operacionalização da Oficina (seleção de local, convites, e demais atividades necessárias para a sua realização).